

# POSSÍVEIS ROTAS NUM MAPA LITERÁRIO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Luiz Maria Veiga

(Mestrando na Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa)

## CAIS DA PARTIDA

Na “Introdução” a seu *Cultura e Imperialismo*, Edward Said avisa que não tratará, entre outros, do império português, cuidará dos impérios francês, inglês e americano e suas relações com a cultura, mas adverte que isso não significa que “o domínio (...) de Portugal nas ex-colônias de Angola e Moçambique tenha (...) sido benévolo (...) (e portanto aceitável) ou menos imperialista (...)” (SAID, 24). Mais adiante, na seção intitulada “Jane Austen e o Império”, fala na possibilidade de “algo como um mapa imperial do mundo na literatura inglesa”. (SAID, 123) Estas passagens nos sugeriram o roteiro que pretendemos desenvolver aqui, aproveitando a área não explorada por Said, mas num âmbito bem mais modesto: não *a cultura*, apenas alguma prosa de ficção.

Trataremos, portanto, de examinar uns poucos textos literários portugueses e apontar como foi representada neles a relação do império com suas regiões dominadas e as visões particulares que alguns autores nos deixaram sobre essa relação. Ou seja, riscaremos algumas rotas (entre as muitas possíveis) num mapa literário que cubra os limites geográficos alcançados nessa aventura imperial.

A primeira rota segue da metrópole a Moçambique, mostra a transformação de um aristocrata decadente em herói do império no romance *A ilustre casa de Ramires* (1900), de Eça de Queirós. Depois, um percurso inverso: de Moçambique à metrópole, numa *narrativa africana* desentranhada das *Novelas do Minho* (1877), de Camilo Castelo Branco.

Já no século XX, traçaremos um longo risco sobre o quase planisfério estendido por Alexandre Pinheiro Torres como pano de fundo (no primeiro é bem mais que isso) em quatro de seus romances: *A nau de Quixibá* (1977), *Espingardas e música clássica* (1987), *O adeus às virgens* (1992), *Sou toda sua, meu guapo cavaleiro* (1994). Pinheiro Torres desenha seu próprio mapa literário de domínios e ex-domínios, pois não se restringe à África, mas inclui o Brasil e estende seu percurso a Goa e Macau, ao que restou do antigo império marítimo, aquele que, segundo o historiador inglês Charles Boxer, acabou em 1825, com a independência do Brasil reconhecida pela antiga metrópole.

Por fim, o fim (do império) e o fluxo do retorno. Cardoso Pires, na crônica “A cidade inventada”, in *A cavalo no diabo* (1994), encontra resquícios quase imperceptíveis do império em Colombo, Sri Lanka, e mapeia os retornados, numa deliciosa narrativa africana ao pé de Lisboa, o conto “Celeste & Lãlinha por cima de toda a folha”, de *O burro-em-pé* (1979).

## FORMAÇÃO METROPOLITANA DE UM HERÓI DO IMPÉRIO

Tracemos nosso primeiro risco sobre o mapa. Gonçalo Mendes Ramires sugere-nos uma leitura voltada para as relações de uma decadente figura da nobreza com os esforços finais de revivescência de um império também decadente. Embora sua ação decorra sempre em Portugal, a existência do império — possessões em África, principalmente — paira e insinua-se nos diálogos e reflexões das personagens, culminando no *destino* (duplo, ao mesmo tempo pessoal e geográfico) do protagonista, vital para o sentido de nossa leitura.

Ao abrir da obra, um dos componentes do caráter de Gonçalo é uma certa pusilanimidade beirando a covardia, explicitada nos dois primeiros encontros tidos por ele com o valentão (e plebeu) Ernesto de Nacejas. Esses encontros, mais o último, marcam com clareza a evolução daquilo que chamaríamos *trajetória formativa* (rumo ao império) do Fidalgo da Torre.

No primeiro encontro, Gonçalo é surpreendido a estender os olhos para uma “linda rapariga, morena e fina” a quem pediu informação na estrada. O valentão, um caçador montês, surgiu de repente e o surpreendeu: “passou desdenhosamente, sem se arredar da égua na ladeira estreita, quase raspando pela perna do Fidalgo o cano da caçadeira.” (QUEIROZ, 148) Gonçalo está montado, o caçador vai a pé. Apesar de sua posição superior, assim reage o fidalgo à acintosa atitude do outro: “Gonçalo picou a égua, colhido logo por aquele desgraçado temor, aquele desmaiado arrepio da carne, que sempre, ante qualquer risco, qualquer ameaça, o forçava irresistivelmente a encolher, a recuar, a abalar.” (QUEIROZ, 149) Esta atitude mostra que ele ainda não é homem pronto, capaz de reconquistar e reerguer o império.

O segundo encontro repete o primeiro. De novo alvo de chacota e provocação, “todo o seu ser se desesperava contra aquele desgraçado medo, encolhimento da carne, arrepio da pele, que sempre, ante um perigo, uma ameaça, um vulto surdindo duma sombra, o estonteava, o impelia furiosamente a abalar, a escapar!” (QUEIROZ, 263) Talvez lhe faltasse um objeto, uma espécie de amuleto imperial capaz de nele materializar a sanha façanhuda de conquistador. Então Bento, seu aio, seu fiel servidor, quase o escudeiro de um cavaleiro, desentoca no sótão, onde estava largado há muito

um chicote escuro e comprido, com três arestas afiadas como as dum florete. (...) // Gonçalo estudou o maciço castão de prata, sacudiu a fina vara que zinha: // — Esplêndido chicote... (...) Afiado como um cutelo. E antigo, muito antigo, como as minhas armas... De que diabo é feito? baleia? // — De cavalo-marinho... Uma arma terrível. Mata um homem... (QUEIROZ, 336-7)

Assim armado, o Fidalgo da Torre está pronto a enfrentar seu terceiro encontro com o inimigo. Desorientado num passeio com a égua pelos campos, pede informações a um rapazote, na estrada, para

logo ver assomar Ernesto das Narcejas. Insultado, e novamente afrontado, com o caçador erguendo a mão para apanhar o freio da montaria, desta vez não recuou: “erguido nos estribos, por sobre a imensa mão, despediu uma vergastada do chicote silvante de cavalo-marinho, colhendo o latagão na face, de lado, num golpe tão vivo da aresta aguda, que a orelha pendeu, despegada, num borbotar de sangue.” Nem armas de fogo o amedrontam. Alvo incólume de um tiro de espingarda desferido pelo rapazote, “o Fidalgo o alcançou com uma cutilada do chicote no pescoço, logo alagado de sangue.” (ambas: QUEIROZ, 359)

Agora sim, estava preparado para cumprir seu destino, pronto a se estabelecer como novo conquistador do império. Tendo à sua frente o suplicante pai do rapazote chicoteado, “gozava soberbamente aquelas calosas mãos que se erguiam para a sua misericórdia, invocavam o nome de Ramires, de novo temido, repossuído do seu prestígio heróico.” (QUEIROZ, 360) Vejamos mais minuciosamente o que ocorreu.

Embora o autor pareça nos querer impingir como motivação de Ernesto das Narcejas apenas os seus maus-bofes, e justificar a atitude de Gonçalo como legítima defesa contra o cajado nas mãos do caçador, a superioridade guerreira é de Ramires, sustentada na égua e na arma que ele porta, capaz, como foi dito, de matar um homem. Mesmo o tiro do rapazote é mais ação intimidatória em defesa do companheiro que agressão ao fidalgo. É possível entrever aí, como mais consistente causa, um choque de classes, os senhores de sempre, proprietários das terras, dos títulos e do sangue nobre, e os que tiveram, durante séculos, de se submeter a esses ou a outros senhores. Poder-se-ia acrescentar, talvez, como motivo do valentão, não apenas a vileza dos despossuídos, mas uma rebeldia instigada pelo medo evidente antes demonstrado pelo fidalgo. Podemos ainda ver na cena a figuração do combate da ordem eqüestre (e o que ela representa) contra o pedestrianismo (e o que ele representa). Ou, numa sugestão hagiográfica, o combate entre São Jorge (do Bem) contra o dragão (da Maldade, claro).

Além disso, para explicar os rancores de Ernesto das Narcejas, devemos pensar também na possibilidade da moça a quem Gonçalo sorria, pouco antes do primeiro encontro dos adversários, ser a *conversada* do caçador. Nem só os nobres podem ter os pundonores agravados pelos ciúmes, também os membros das classes ditas subalternas podem abrigar brios desta espécie. Quais fossem os motivos do valentão, o certo é que ele promovia inaceitável subversão da ordem, restaurada, no terceiro encontro, através da violência. Era o modo como deviam ser tratados os que se insurgiam contra seus legítimos senhores (pelo menos na opinião deles), e também as populações nativas dos territórios conquistados. Sem a disposição de enfrentar e dominar outros homens, Gonçalo Mendes Ramires não poderia considerar-se habilitado para honrar seus façanhudos ancestrais. E de onde lhe viera o objeto, o amuleto que lhe permitira superar o medo e exercer a violência dominadora, senão do império? Por isso o adjetivamos como *imperial*. Lembremos que *cavalo-marinho* é o nome popular do hipopótamo, animal

da fauna africana, jamais encontrado em território europeu. Foi o império, portanto, quem deu a Gonçalo Mendes Ramires a arma que o transformou em homem digno dos seus ancestrais.

Estava pronto! Não para ser deputado, como acreditavam todos, vendo-o eleito e empossado em Lisboa. Estava pronto para cumprir seu verdadeiro destino, e cuidou disso sem nada anunciar a ninguém: “arranjara a concessão dum vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta histórica de Treixedo, e embarcava em começos de Junho no paquete *Portugal*, com o Bento, para a África..” (QUEIROZ, 436) Mais exatamente, para uma província de Moçambique.

Quatro anos passados, Gracinha, irmã do viajante refere-se a ele como um homem novo, inteiramente transformado: “Gonçalo na África, na vaga África, mandando raras cartas, mas alegres, e com um entusiasmo de *fundador de Império (...)*” (QUEIROZ, 438, itálico nosso). E, em sua primeira visita triunfante à metrópole, é assim retratado por quem o viu na Capital: “Não imaginas como vem... ótimo! Até mais bonito, e sobretudo mais homem. A África nem de leve lhe tostou a pele. Sempre a mesma brancura. E duma elegância, dum apuro! Prova de como se adianta a Civilização de África!” (QUEIROZ, 445-6) Eis Gonçalo Mendes Ramires ocupado com aquilo a que Rudyard Kipling denominou *fardo do homem branco*, e, no caso, não apenas branco, mas *sempre da mesma brancura*.

## RECONHECIMENTO DOS FEITOS D’OUTRO HERÓI DO IMPÉRIO

Como o primeiro percurso nos levou até Moçambique, continuemos neste ponto do mapa. Em uma de suas *Novelas do Minho*, “O degredado”, Camilo Castelo Branco compôs algo que poderíamos chamar *narrativa africana*. Ao contrário de Eça, mesmo sem nunca sair de Portugal, Camilo não hesita em pintar ações acontecidas em territórios seus conhecidos apenas através da leitura, servindo-se de relatos, documentos e, claro, sua sempre muito viva imaginação.

Em meados do século XIX, um triângulo amoroso não consumado, cujos vértices são Rosa, seu esposo, o cirurgião Manuel Batista, e João do Couto, um valentão transmontano, está na base de duas condenações ao degredo em Moçambique. Primeiro é condenado o marido de Rosa, por matar um companheiro do rival num encontro de estrada, ao sentir-se ameaçado por eles. Assim desaparece o casal nas distâncias do império. Depois é João do Couto, mudado para o Alentejo, quem se envolve num assassinato e acaba também condenado ao degredo perpétuo, igualmente em Moçambique. A condenação é bem recebida, reacende-se nele a esperança de encontrar Rosa. E temos, por causa de sua curiosidade, a primeira descrição do destino de um condenado, aquilo que, no pensamento dos metropolitanos, seriam as agruras de cumprir pena na costa da África.

João do Couto perguntava pelo cirurgião Manuel Batista aos repatriados que vinham da África Oriental. Todos lhe diziam que o cirurgião estava a enriquecer, que tinha a principal freguesia da cida-

de, que era o médico do capitão-general e do bispo, e que já havia comprado uma quinta em Mossuril; acrescentavam os informadores que a mulher do cirurgião abria uma grande padaria na Rua dos Bancanes, de que tirava muito dinheiro, com o qual mandara fazer muitos casebres na Miçanga, que alugava aos negros. (BRANCO, 502-3)

Como podemos ver, a fortuna sorria ao casal: havia muitos negros a quem se pudessem alugar casebres, sinal de mais prosperidade futura. Não era assim tão terrível, ou mesmo desagradável, ao que parecia, ser submetido a tal castigo pelo assassinato de um homem.

Quando desembarcou em Moçambique, João do Couto soube da viuvez de Rosa e se estabeleceu como novo marido dela, mudando de nome para João Evangelista Vila Real. E assim ele, “que era português semelhante aos do século XV e XVI, que por ali andaram a erguer padrões de civilizadores, sentiu-se arder em patriotismo” (BRANCO, 504) e não agüentou assistir indiferente a rebeliões contra a autoridade: pagou, armou e, por duas vezes, num intervalo de sete anos, comandou campanhas (de ano e meio cada uma) contra rebelados, brancos ou negros, restaurando, a ferro, fogo e cabeças cortadas, a ordem nos domínios imperiais. Seus feitos mudaram-no, *in loco* degredo, de assassino condenado em benfeitor do império elevado à nobreza. Ou, descrito de outro modo: por haver assassinado a dois homens João do Couto foi punido com o degredo perpétuo, e por matar a muitos e muitos outros mais, foi perdoado e elevado socialmente. Não é, por certo, fidalguia de sangue, que se iguale à dos Ramires, mas é, ainda assim, nobreza do império português. Comparável à melhor que se podia arranjar na época. Assim o autor dedica a novela: “Aos Senhores Fidalgos da Casa Real / e / Cavaleiros Professos da Ordem de Cristo / Ofereço a Vossas Excelências, por dois tostões, esta biografia de um seu confrade. Vão as pessoas, senhores fidalgos e cavaleiros professos, ufanar-se do irmão de armas que tiveram na sua cavalaria.” (BRANCO, 489)

Há várias coisas neste texto que podem ser apontadas pensando-se na relação proposta por Edward Said entre imperialismo e cultura. Em primeiro lugar, destaquemos a referência clara à consciência que tinham os nativos da dominação a que estavam submetidos e às tentativas de livrar-se dela que se concretizam em revoltas, episódios agudos de uma mais ou menos latente, crônica guerra colonial de longa duração: “os cafres landins fizeram provocada carnagem nos colonos de Inhambane”; “guarnição da feitoria (...) espostejada pela vingança dos negros”; “nuvem dos cafres, que excedia em disciplina e ferocidade a horda de degredados enviados de Moçambique”; “aguerridos selvagens”; “gentio dos reinos de Inhaca e de Manhiça, os vermes e os anzotes desceram das serranias, pensando que era a hora de lavar com o sangue português as afrontas de três séculos.” (BRANCO, 504-5) Como exemplos, parecem-nos claros e suficientes.

Podemos ainda reparar como o autor antecipa algo que se poderia chamar uma espécie de *proto-estudos culturais*. Assim como hoje se examinam tratados diplomáticos ou comerciais, toda sorte de documentos e relatórios administrativos que deveriam interessar mais aos historiadores que aos estu-

osos da literatura, exatamente por não serem textos de natureza literária, a fonte de que ele parece ter se valido para fundamentar sua recriação de todo este episódio é uma espécie de relatório administrativo (por vezes bastante crítico) elaborado por um governador colonial, Sebastião Xavier Botelho, e que tem o título de *Memória estatística dos domínios portugueses na África Oriental*.

Para terminar esta rota, podemos mencionar ainda a expressa consciência de que escrever em África não significava necessariamente fazer literatura africana. É o caso do comentário que faz o autor-narrador a respeito do tal Miranda, que negociou em Portugal o indulto do degredado herói do império. Aliás, Camilo retrata-o como uma espécie de *vitimado pelo orientalismo*, muito antes de Edward Said nos propor esse conceito:

Em casa estava sempre meio vestido de turco, com turbante, casacão de seda amarela, chinelas carmesins e refestelado sobre um coxim azul-ferrete, a fumar por cachimbo de porcelana. Era um pouco raquítico, pouquíssimo muçulmano de sua figura; mas em verdade parecia um sátrapa em uso dos caldos peitorais ferruginosos da farmácia Franco.

Mas é a poesia escrita por Miranda que o crítico Camilo — aqui personagem de sua própria ficção — desacredita como literatura africana (ou portuguesa). Prossegue o perfil: “Recitava-me as suas ‘Africanas’, umas poesias que tinham de África somente serem versejadas em Moçambique, e pelo seu contexto e língua não desdiziam de moiras.” A morte prematura do poeta, num incêndio em alto mar, extinguiu também “por boa sorte das letras pátrias, o manuscrito inédito das suas ‘Africanas’.” (BRANCO, 506-7) E depois desta dose de maledicência camiliana, arremessada contra tão gloriosos vultos do império, encerremos esta seção, mudando para prosadores do século XX.

## ATRAVÉS DO IMPÉRIO: BRASIL, SÃO TOMÉ, GOA, MACAU

Comentaremos agora, muito de passagem, quatro, entre os vários romances de Alexandre Pinheiro Torres, também crítico e professor de literatura. Neles é possível encontrar um traço comum: a trama romanesca possui um contato com determinado ponto geográfico do império (ou do que foi império) português. Três desses romances (*A nau de Quixibá*, *O adeus às virgens*, *Espingardas e música clássica*) tiveram uma primeira redação muito antes de serem publicados. Ficaram na gaveta, à espera do pós 25 de abril de 1974. Mas não vamos dispor o comentário dos romances na ordem cronológica de sua redação ou publicação, e sim ao longo de uma linha latitudinal que se moverá do ocidente ao oriente sobre o mapa literário aqui esboçado.

*O adeus às virgens*, narrativa das andanças e sonhos de Jonas Açucena e da sua frustrada vida com a família na Póvoa do Varzim dos anos 1930, abre com o motivo do império, uma evocação de um antigo domínio colonial: “Cecília (...) jovem mulata que Jonas Açucena trouxera da Baía [*sic*], de-

pois dos muitos anos que fossara no Brasil (...)” (TORRES: 1992, 11). Cecília atravessa o romance como agregada dos Açucena, cuidando-lhe dos filhos, contando-lhes histórias e cantando-lhes canções de sua terra. Seduzida por um maiorquino exilado (é uma das virgens do título), acaba por ter uma filha, batizada “Ana, mas todos lhe chamaram logo Aninhas e daqui a Baianinha foi um salto.” (TORRES: 1992, 337) Mas o motivo Brasil não se restringe à figura de Cecília. Para uma discussão sobre o império português devemos prestar atenção na maneira como Jonas Açucena é mandado para esta terra. O acontecimento nos permite estabelecer um paralelo entre império e ex-império. Aos dezesseis anos, tendo concluído apenas o liceu, ele ganha do pai, médico renomado que não quis investir mais em sua educação,

uma passagem para as terras de Vera Cruz, ou seja, a miragem da árvore das patacas. Jonas acabaria comerciante próspero no Brasil, porque lá não havia portugueses pobres. Seguiria destino igual ao do irmão mais velho, Arnaldo, que o Dr. António Maria Açucena de Braga despachara anos antes para Lourenço Marques onde em pouco tempo se fizera fanqueiro rico. (TORRES: 1992, 35)

Embora o Dr. Açucena não distinguisse o Brasil de Moçambique (“O meu ilustre pai não considerava a nossa ex-colónia como um prolongamento da Cafraria?”) (TORRES: 1992, 36), o destino dos filhos corre diferente: Jonas volta a Portugal com algum dinheiro, mas sem ter alcançado a riqueza estável do irmão. Poderíamos, sem esquecer as idiossincrasias de Jonas (o azar, o vício do jogo), ver aí também uma indicação de que as coisas não se mostravam tão fáceis para os ex-colonizadores como podiam se mostrar, para portugueses, nas possessões ainda dominadas pela metrópole.

Mais um elemento dentro do motivo destacado aparece no romance: Jonas é um leitor voraz e passa o vício aos filhos. Trouxe, do Brasil, além de Cecília, livros para encher muitas estantes. Referências a obras de José de Alencar, Lima Barreto, Bernardo Guimarães pontuam o texto. Para comentar os ciúmes de uma das personagens do romance, o narrador evoca “Otelo ou Dom Casmurro, (...) alcunha do juiz Bento Santiago (...)” (TORRES: 1992, 210). Lembremos que as referências literárias não se restringem à literatura brasileira, elas constituem uma trama particular e lúdica na urdidura do romance.

Desloquemo-nos para Leste, para o Oriente, e alcançaremos, na nossa segunda parada, um arquipélago no meio do Atlântico e à altura da linha do Equador: São Tomé e Príncipe, que inclui alguns outros ilhotes. O nome de um deles aparece no título que comentaremos agora: *A nau de Quixibá*, romance em que a questão do império não é secundária ou paralela, é central. Escrito em 1957, publicado em 1977, numa “Nota necessária”, que abre o livro, o autor admite algo de autobiográfico na obra ao dizer que nela “tratava da experiência pessoal vivida de um chefe de castelo da Mocidade Portu-  
gue-

sa que vai de viagem ao Império, no verão de 1939, livro que (...) punha (e põe) em questão a máquina pedagógica do Fascismo e do Imperialismo.” (TORRES: 1977, 7-8)

Deste romance queremos destacar a figura do “Paulino do Café”, no capítulo IX. Esse mui ardoroso partidário do império português obriga o jovem narrador, Alexandre, o tal membro da Mocidade Portuguesa, organização de apoio a Salazar, a buscar argumentos de oposicionistas do regime para se contrapor a ele. Daremos aqui apenas pequena amostra da candente retórica de Paulino. Após lamentar a perda de Melinde para os ingleses e de Mombaça (para os árabes, em 1697), continua:

“Temos de lutar contra a História (...) Ah, que se me dessem canhões, se me dessem navios, se me dessem balas... (...)” // “Vocês não fazem ao menos escala em S. João Baptista de Ajudá? (...)” // “Os malditos dos franceses reduziram-nos a nada (...) Dispomos apenas de um quilómetro quadrado de terreno à volta da Fortaleza. E qualquer dia nem isso. Sabe o que eles fizeram, esses piratas, e o Governo português nem tugiou nem mugiu? Sabe o menino o sacrilégio que eles lá cometeram?” // (...) “Havia lá o velho cemitério português, não havia? Pois tomaram conta do terreno, devassaram-no, carregaram nos ossos todos, a monte, e espetaram com eles, à toa, na mesma cova. Hoje só há quatro campas num terrenico de nada. Ao resto chamaram-lhe um figo.”

Que festa não faria Edward Said com o discurso de Paulino! Há nele o lamento pela desarticulação e pela sobreposição dos impérios inglês e francês ao decadente império português. Há, também, uma ferocidade de conquistador perdida num comerciante meio enlouquecido, largado num dos pontos remanescentes do antigo império. Ferocidade que chega a ultrapassar, pela direita, o conservadorismo da própria ditadura portuguesa. Paulino do Café parece ser o que sobrou daquelas grandiosas figuras que examinamos anteriormente: Gonçalo Mendes Ramires e João do Couto, aliás, Evangelista Vila Real.

Ainda mais a Leste, para além do continente africano, leva-nos *Espingardas e música clássica*, romance escrito em 1962, publicado em 1986. Embora sua ação decorra em Frariz do Ribatâmega, norte de Portugal, e diga respeito a uma greve de trabalhadores numa indústria têxtil, o pano de fundo é a decadência do império. Em certo dia de Dezembro de 1961 as rádios tocam música clássica sem interrupção. Apenas no capítulo 32, quando o presidente da câmara, antigo oficial no império, procura o dono da fábrica parada, seu primo, ficamos sabendo a razão disso:

“É que a guerra sempre rebentou na Índia.” // “Nehru ordenou ontem a invasão de Goa. E em três horas (...) aquilo já se encontrava quase tudo no papo dos monhés. (...)” // “Imagina que a tarulada de merda até fez ir pelos ares a estátua de Manuel António de Sousa em Mapuça.”

Aparentemente, ao contrário do Paulino do Café, para este antigo coronel colonial não “havia nada que mais deliciasse (...) que este sofrimento lento de ver o Império a desfazer-se. O Império que ajudara a construir.” Por que ele era, de alguma forma, contrário à existência de tal Império? De jeito



nenhum. “Porque queria que os outros sofressem tanto como ele, vê-los, finalmente, a compartilhar a mesma dor.” (TORRES: 1989, 59-60)

Convém lembrar que 1961 não é apenas o ano da perda do que restava do império na Índia. É também o ano em que se inicia em Angola a luta armada pela independência, a guerra colonial que vai sepultar de vez o império. Assim Pinheiro Torres vai mapeando, com sua ficção, os momentos finais daquele que foi, segundo um historiador inglês, “o primeiro império colonial moderno”, que chegou a se estender “do Magreb às Molucas e ao Mato Grosso” (BOXER, 11).

Sem chegar à fronteira das Molucas, alcançaremos, com romance que não dormiu na gaveta, o Mar da China, o limite oriental de nossa rota. Seu título, palavras de uma personagem durante um sonho, causa alguma estranheza: *Sou toda sua, meu guapo cavaleiro*. Trata de acontecimentos passados na Quinta do Bambual, pertencente aos Vasques de Almada Arriada Gundar, próxima à Vila de Irago, na serra do Barroso, norte de Portugal, em diálogo com um muito distante ponto sobrevivente do antigo império marítimo. A doidice, ou aparente doidice, do capitão-de-fragata D. Álvaro Vasques de Almada Arriaga de Gundar, o “louco-do-boné-azul”, dado como louco depois de doze anos de Oriente” é um dos mistérios do livro e está ligada a acontecimentos de oposição ao regime de Salazar, vividos em Macau. Esse *espaço do oriente transplantado para o ocidente* propicia delírios geográficos trans-imperiais a D. Álvaro:

“ao adensar-se pelos bambus trazidos da China e da Índia, sem falar nos bambus do brejo e bambus pretos que importara do Brasil, sentiu-se rodeado por piratas chineses. (...) Quisesse ou não quisesse pisava território china (...) Às vezes despertava longe dali, no Pavilhão de Caça de uma quinta do Alto Douro, mas tudo era um pesadelo. (...) Que golpe infeliz do leme de sua fragata o levava a esse monte tão cheio de ossos? Talvez porque os portugueses os tivessem espalhado pelo mundo, mas com âncoras de bronze.” (TORRES: 1994, 26-27)

Apesar dessa desorientação, em outra passagem, D. Álvaro evita a impropriedade vocabular (e conceitual) cometida por Edward Said quando se refere a certo enclave consentido aos ingleses pela China: “a Grã-Bretanha ainda conservará Hong Kong como *colônia* até 1997” (SAID, 36, grifo nosso). Ele e Francisca Soutelo, jovem comunista em fuga, com a PIDE nos calcanhares, falam de Macau com visão mais abrangente, menos parcial, que a de Said falando de Honk Kong:

“Macau não é colônia. Macau é a minha casa. (...) Os chineses não podem querer expulsar-me de lá, porque sabem que eu faço parte da alma da Cidade do Nome de Deus.”

“Acredito, D. Álvaro. Eles sabem o que lá sofreu. Mas Macau não é a Cidade do Nome de Deus para eles.” (TORRES, 1994, 266)

Haveria ainda muito mais a dizer sobre as diferentes visões de Macau apresentadas pelos personagens, mas isso é já a viagem, e aqui só estamos riscando a rota. E depois de irmos tão longe, vai sendo hora de retornar.

## CARDOSO PIRES E AS RUÍNAS DO IMPÉRIO

Dois textos de José Cardoso Pires permitirão riscar nossa volta à agora ex-metrópole. Com o primeiro, uma crônica, “A cidade inventada” (PIRES: 1994, 25-32), chegaremos a Colombo “no Ceilão que os meus avós tinham dominado noutras eras. A ilha da fortuna que Camões chamou a Taprobana e que agora era Sri Lanka” (idem, 27), onde o cronista evoca “o fantasma de Rudyard Kipling (...) celebrante confesso do imperialismo das majestades britânicas” (26) e é abordado por “Rajur Fermoço” que “vinha cumprimentar um cidadão (...) da pátria dos seus antepassados” (28). Este cidadão, além do inglês, falava algumas palavras numa língua que ele acreditava ser português. Com ela, descreve Lisboa, num “labirinto de sílabas enredadas em frases de muitos tons.” (31) E assim, naquela ruína, naquela sobra de império, a metrópole “descrita numa linguagem inventada” “por um pequeno diabo alucinado” e “ouvida em mistério” abre para o cronista a possibilidade “de que alguém pudesse inventar dela ainda uma outra Lisboa.” (32)

Com o segundo texto, uma pequena narrativa que transplanta o ambiente de Angola para o território metropolitano, voamos na companhia duma menina e sua pequena boneca, mal-vista por ser negra, de volta para Lisboa. O conto “Celeste & Lâlinha: por cima de toda a folha” (PIRES: 1999, 179-258) também poderia ser descrito como uma noveleta dividida em seções (episódios?) com títulos de folhetim: “O INIMIGO ESPREITA” (idem, 222); “ENTERRADA VIVA!” (241); “SALVA!!!” (244). Cardoso Pires serve-se até de um vocabulário talvez estranho aos estudiosos de literatura portuguesa, mas familiar a quem lida com a literatura angolana. Palavras como “imbondeiro” (181), “sakuma” (191), “monandengue” (193), “mabeco” (197). O virtuosismo de Cardoso Pires consiste em encenar os conflitos da recém-finda guerra colonial num campo de refugiados, melhor dizendo, *retornados*, nos arredores de Lisboa. A cidade, chamada ironicamente “IMPERIAL” (194) e “capital dos impérios” (195), tem agora o que restou deles ao alcance de sua vista.

São as crianças, em suas brincadeiras, que reproduzem os conflitos entre “tugas” e “turras”. Mas crianças e adultos manifestam igual racismo no repúdio a Lâlinha, a boneca negra de Celeste, a menina que ainda nem tinha idade para ir à escola. Apesar de todos os esforços, dela e da avó, para preservar Lâlinha, condenada até pela mãe da menina, que não quer ser alvo da língua da vizinhança, o acaso intervém. Ao roubar o coelho Moisés, um vendedor de pornografia e ladrão oportunista acaba por levar Lâlinha, que ficava escondida no viveiro do orelhudo. E é o movimento final da boneca que

gostaríamos de evocar aqui, para encerrar estes traços no nosso mapa. Não tendo o que fazer com ela, o ladrão, ao passar com sua furgoneta a ponte sobre o Tejo, atira-a para o rio.

E lá vai a boneca negra, levada pela corrente sobre as águas, no rumo da barra, no rumo do mar, como se o autor nos sugerisse, também para ela, um demorado mas possível (se a Kianda, espírito das águas no Atlântico que banha Angola, assim propiciasse) retorno à sua própria terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOXER, C. R. *O império colonial português*, trad. Inês Silva Duarte, Lisboa: Setenta, 1977.

BRANCO, Camilo Castelo. *Novelas do Minho / O Degredado* in *Obra seleta*, vol. II, org. Jacinto do Prado Coelho, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

PIRES, José Cardoso. *O burro-em-pé*, Lisboa: Dom Quixote, 1999.

\_\_\_\_\_. *A cavalo no diabo*, Lisboa: Dom Quixote, 1994.

QUEIROZ, Eça de. *A ilustre casa de Ramires*, Porto: Lello & Irmão, 1951.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*, trad. Denise Bottman, São Paulo: Companhia das letras, 2005.

TORRES, Alexandre Pinheiro. *O adeus às virgens*, Lisboa: Caminho, 1992.

\_\_\_\_\_. *Espingardas e música clássica*, São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

\_\_\_\_\_. *A nau de Quixibá*, Lisboa: Moraes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Sou toda sua, meu guapo cavaleiro*, Lisboa: Caminho, 1994.